



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

APANHADO TAQUIGRÁFICO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA
19ª LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE,
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2025.

**ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
Assunto: Acerca do Trabalho Escravo e Tráfico de
Pessoas**

REVISORA



**ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

EQUIPE TAQUIGRÁFICA:

Allyson Soares – Matrícula nº 2583

Amanda Mamede – Matrícula nº 152126

Pedro Henrique – Matrícula nº 2626

Renally Martins – Matrícula nº 152117

Tiago Ferreira – Matrícula nº 152322



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Bom dia a todas as pessoas. Declaramos aberta essa audiência pública, a 4ª audiência pública, da 1ª sessão legislativa, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Campina Grande, Casa de Félix Araújo, realizada hoje, 13 de maio de 2025, acerca do trabalho escravo e tráfico de pessoas. Eu gostaria de chamar o Vereador Wellington Cobra para que ele pudesse fazer a leitura do texto bíblico.

O SR VEREADOR SARGENTO WELLINGTON COBRA: Muito bom dia a todos, bom dia a todos que se encontram na galeria, bom dia à nossa presidente Jô Oliveira, a todos que fazem parte dessa Casa. A palavra de Deus hoje é: “Filho meu, guarda as minhas palavras e esconde dentro de ti os meus mandamentos”. Provérbios 7-1.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada vereador, gostaria na ocasião de convidar a Vereadora Aninha Cardoso pra secretariar aqui a nossa audiência pública e vamos então dar agora segmento à montagem da nossa mesa. Então, para que a gente comece a montagem aqui da nossa mesa, eu queria chamar a senhora Janaína Andrade de Souza, procuradora da República. Gostaríamos de chamar o senhor George Falcão, juiz do Tribunal Regional do Trabalho, 13ª subscção. O senhor Tiago Cavalcante, procurador do Ministério Público do Trabalho. E na sequência chamar a senhora Marcela Asfora, procuradora do Ministério Público também do Trabalho, para estar aqui conosco. A senhora Emanuela Melo, defensora pública federal da Defensoria Pública da União. Gostaríamos de chamar a senhora Ivonildes da Silva Fonseca, vice-reitora da UEPB, e tenho sempre a satisfação de dizê-la, integrante da minha banca de dissertação do mestrado. A senhora Chirlene Santos, da Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande. O senhor Liberalino Ferreira de Lucena, presidente da FETAG Paraíba. A senhora Glória Rejane Santos, presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Paraíba. O senhor Renato Gama, representando a OAB Campina Grande. Gostaríamos também de convidar a senhora Vanúbia, representando a Comissão Pastoral da Terra, pra também compor aqui a mesa conosco. Gostaria de passar a palavra agora pra a nossa vereadora, que nesse momento secretaria conosco essa audiência pública, para que ela possa ler justificativas de ausências e também convidar as pessoas para a composição do nosso plenário.

A SRA SECRETÁRIA ANINHA CARDOSO: Bom dia a todos e a todas. Convido a senhora Francisca Paula Leite de Menezes, representando o diretor do Sindicato dos Comerciantes. Convido o senhor José Rogério, presidente do Sindicato dos Comerciantes e representante do CTB. Convido a senhora Jéssica Ellen Paixão, presidente da Comissão de Combate ao Racismo da OAB. Convido a senhora Elaine de Lima, presidente da Associação das Trabalhadoras Domésticas. Convido a senhora Benedita de Lourdes Alexandre Gondin, vice-presidente da UCES. Convido a senhora Josiana Anastácio, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Livramento. Convido a senhora Patrícia Leis, enegrecida e Comitê intermunicipal da Marcha das Mulheres Negras. Convido a senhora Malu Silva, diretora da AJURCC. Convido o senhor Márcio Luiz de Oliveira Silva, presidente do



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcantil. Convido a senhora Mariana de Azevedo, tesoureira municipal da UGS e coordenadora do DCE UEPB. Convido a senhora Samara Almeida, coordenadora do Serviço de Atendimento aos Migrantes da SEMAS. Convido a senhora Kícia Rafaela Almeida, supervisora da PCE da SEMAS. Convido a senhora Vanúbia Martins, educadora da Comissão Pastoral da Terra. Convido a senhora Geane da Costa Lucena, assessora jurídica da FETAG. Convido a senhora Maria de Lúcia Lopes do Nascimento, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Convido a senhora Josefa Jovino dos Santos Irmã, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Convido o senhor Alexandre Nicásio, representando o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios. Convido a senhora Socorro Ramalho, da CUT da Paraíba. Convido o senhor Alex Albino, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Correio. Convido a senhora Marta Lúcia Nascimento Lopes, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Lido, presidente.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, Aninha. Tem justificativa de ausências?

A SRA SECRETÁRIA ANINHA CARDOSO: Sim. Justifica-se a ausência da Vereadora Pâmela Vital, infelizmente a mesma não estará presente, na audiência pública acerca do trabalho escravo e tráfico de pessoas, de autoria da Vereadora Jô Oliveira. Justifica, dirigimos a Vossa Senhoria no sentido de justificar a ausência do Vereador Pastor Luciano Breno a esta sessão por motivo de estar resolvendo assuntos administrativos referentes ao mandato anterior agendado. Venho através desta informar a impossibilidade do comparecimento da Vereadora Carol Gomes de estar presente na audiência pública realizada na manhã do dia 13 de maio, em fase de encontrar-se cumprindo algumas demandas administrativas. Lido, Presidente.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, Vereadora Aninha. Eu queria já, para que a gente pudesse ter início a nossa sessão, agradecer aqui a presença do Vereador Wellington Cobra, que acompanha aqui conosco, Vereador Alexandre Sindicato, Vereador Anderson Almeida, Vereadora Waléria Assunção, nós temos duas, a Vereadora Aninha, que secretaria aqui comigo, e dizer, Doutora Marcela, da satisfação que é termos esse debate, sendo provocado, inclusive, pelas instâncias que nos provocaram a estar aqui. Então, quero, de forma pública, agradecer a senhora, agradecer ao doutor George, por nos trazer esse debate aqui à Câmara. E para que a gente possa começar as nossas discussões, eu queria convidar aqui o Vereador Wellington Cobra, pra que ele presida a sessão, enquanto eu faço a justificativa dessa audiência pública.

A SRA VEREADORA JÔ OLIVEIRA: Agora, oficialmente, bom dia a todas as pessoas. Quero dizer que esse 13 de maio, para a gente, é sempre uma data de muita reflexão. E, quando eu digo a gente, eu falo na condição de mulher preta, que se coloca nesse lugar, inclusive, na luta diária pela sobrevivência, pela existência, mas, acima de tudo, para que a gente possa garantir que mais



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

peessoas, como a gente, possam estar em espaços como esse, ou mesmo em outras instâncias que nos permitam pensar de forma coletiva, como ainda hoje a gente precisa e deve superar ainda muitos dos efeitos da escravização que os nossos e que as nossas sofreram. O 13 de maio, para a gente, não é sinônimo de celebração, até porque a gente sabe, historicamente, o que significa, entre aspas, a abolição da escravatura nesse país e, principalmente, como ela foi construída. Mas, eu quero dizer do quanto eu fiquei feliz, quando fui provocada por doutor George hoje, por doutora Marcela, pra que a gente fizesse a discussão ainda sobre o trabalho escravo na nossa sociedade. Que a gente falasse ainda hoje sobre o tráfico de pessoas, quando a gente imagina, inclusive, que são problemas históricos e que já foram superados há alguns séculos, mas que a gente sabe que, infelizmente, é uma realidade da vida de muita gente. E, quando a gente articula isso relativo ao trabalho, a gente sabe que, infelizmente, ainda é uma dinâmica que envolve a vida de milhões de brasileiros e brasileiras e demais cidadãos e cidadãs do mundo afora. Então, é um tema que ainda é atual, é um tema que é pertinente e muitos dos órgãos que estão aqui, sejam ligados à luta pela terra, sejam ligados aos direitos e às questões dos trabalhadores e trabalhadoras da vida urbana, mas, acima de tudo, na nossa coletividade, enquanto entidades, principalmente a partir dos órgãos que são responsáveis pelo resgate de trabalhadores e trabalhadoras ainda em situação, muitas vezes, dita análoga à escravidão. Eu já disse isso em outros ambientes, normalmente, a gente costuma eufemizar os problemas, a gente acaba colocando outros termos, a gente acaba tirando, muitas vezes, o efeito disso, mas, ainda hoje, a gente fala sobre trabalho escravo no nosso país. E, infelizmente, pra a cidade de Campina Grande, isso também não é uma novidade. Eu digo sempre que eu falo sobre estar aqui nesse lugar enquanto uma mulher negra eleita legitimamente, a gente tem que lembrar também que, no mesmo ano que eu tomei posse aqui nesse lugar, com poucos meses depois, a gente teve uma mulher negra, trabalhadora doméstica, resgatada em trabalho análogo à escravidão, aqui nas imediações da Câmara de Vereadores e Vereadoras de Campina Grande. Então, é um problema que coexiste na mesma dinâmica em que nós estamos lutando por mais espaço, por mais políticas públicas, por mais direitos para nós, do jeito coletivo que a gente precisa tratar. Mas a gente precisa estar sempre dando um passo atrás para resgatar aquelas pessoas que ainda não alcançaram os direitos sociais que a gente tanto luta. Então, que essa audiência pública, dentro dessa coletividade de representações que a gente tem, não só do sistema judiciário, mas do movimento sindical, do movimento de mulheres, do movimento estudantil, dos trabalhadores e trabalhadoras de um modo geral, que a gente possa ter aqui encaminhamentos práticos, Lola, que a gente possa, de fato, ter a possibilidade de resgatar muito mais trabalhadores e trabalhadoras. E, de forma muito especial, saber, inclusive, como tem sido a ação dos órgãos, das entidades que estão aqui, que já têm atuado nessa frente e que, inclusive, podem partilhar conosco como a gente agir, como proceder, quem buscar e, acima de tudo, para que a gente possa aqui, de forma coletiva, somar os nossos esforços para que amanhã e depois a gente não tenha mais notícias como essa. E a notícia, a gente sabe que, muitas vezes, ela é somente a ponta do iceberg, quando uma informação como essa vem a público. Então, é importante que a gente



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

faça aqui essa soma coletiva com os órgãos públicos aqui da administração municipal, a quem eu já quero agradecer pela presença, a SEMAS, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, todos os órgãos, como eu já falei aqui, dos sistemas judiciários, vereadores e vereadoras, as entidades de classe, de representação, que se somam com a gente nesse esforço. E, acima de tudo, com os desdobramentos, a gente está aqui discutindo em audiência pública, certamente teremos encaminhamentos que podem ser tratados aqui por cada uma das instâncias. Então, muito obrigada por aceitarem esse chamado, um chamado que não é da Vereadora Jô, é da Câmara de Vereadores e Vereadoras de Campina Grande, que, inclusive, foi votado, apreciado aqui e aprovado para que a gente fizesse esse debate nessa Casa. Então, eu também quero, de forma pública, agradecer a cada um dos meus colegas, a cada uma das colegas que nos permitiram, por meio do voto, que a gente pudesse fazer essa discussão nesse 13 de maio, num momento de luta que é emblemático para a gente, falar sobre a classe trabalhadora, falar da nossa mobilização, das nossas articulações enquanto frentes. Mas, acima de tudo, falar sobre direitos humanos, falar sobre dignidade do trabalho, falar sobre acesso e, acima de tudo, resgatar pessoas que ainda estejam em trabalho análogo à escravidão. Então, muito obrigada a vocês por estarem aqui nessa manhã, construindo conosco, e que a gente possa ter uma audiência que, de fato, tenha a relevância do tema e a urgência com que a gente precisa lidar com esse tema também aqui na Casa do Félix Araújo. Então, muito obrigada e uma boa audiência para cada um de nós. E aí, tem um momento de utilidade pública. Me pediram aqui pra informar que o carro NKF-1998 está atrapalhando ali o estacionamento e estão precisando que ele seja afastado, porque tem carros precisando sair. É um Ford Ka preto NKF-1998. Queria chamar também a professora Vera Passos, representando aqui a Secretaria de Educação, no Plenário, que já se encontra. Pra que a gente possa abrir aqui a nossa discussão, gostaria de passar a palavra para o juiz George Falcão, TRT-13, para que ele possa, inclusive, abrir a nossa sessão. Eu sempre recomendo que utilize o espaço da tribuna, porque é melhor para a gravação, para quem assiste de Casa e para os meninos ali da técnica, que conseguem captar melhor a imagem.

O SR CONVIDADO DOUTOR GEORGE FALCÃO (JUIZ DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO): Vou falar dois minutos. Primeiro, bom dia a todos e a todas aqui presentes. Dizia que, em me apresentar formalmente, eu sou juiz de trabalho aqui do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e sou co-gestor de um programa chamado Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e à Contravenção ao Trabalho do Migrante. Esse programa foi criado em 2023. E a gente sabe que, vocês sabem mais do que eu, estamos completando esse ano 137 anos de abolição formal da escravatura, mas é fato que não houve um dia sequer na história desse país, desde a chegada dos portugueses, em que uma pessoa não tenha sido explorada de forma mais aviltante, de forma tratada como um verdadeiro escravo. Talvez até no mundo. Mas o que eu queria dizer aqui brevemente para vocês é algo mais positivo. O Tribunal, através da nossa assessoria de comunicação, André que está aqui filmando, em janeiro desse ano, fez um post no Instagram do Tribunal, um Instagram bem movimentado, e



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

trouxe um post bastante interessante. E que, infelizmente, por razões alheias, que eu não sei dizer, não teve tanta repercussão. Mas, pra quem tem interesse sobre o tema, esse post trouxe uma linha do tempo muito interessante, a partir de 1888 até agora, sobre o trato do nosso país em relação ao trabalho escravo. Em 1888 houve a abolição, em 1891 veio a primeira Constituição Republicana, e nela já veio uma previsão específica, no sentido de que as pessoas aqui no Brasil são livres. E aí, nesse momento, vocês sabem mais do que eu, os afrodescendentes foram relegados em segundo plano, houve uma tentativa até de branqueamento da nossa população, infrutífera. Só em 1940, com o Código Penal, é que houve a criminalização do trabalho análogo ao de escravidão. Mas era um dispositivo legal, lacônico, uma previsão muito genérica de que colocar a pessoa em situação de escravidão é crime, era aquilo que dizia o Código Penal. Depois, o Brasil começou a ratificar algumas convenções internacionais, e aí, somente com a Constituição de 88, praticamente, em que há a previsão no Art. 5º, no sentido de que as pessoas não podem ser submetidas a trabalho degradante, somente com a Constituição. E aí, nesses últimos 20, 25 anos, é que o Brasil deu um trato mais, vamos dizer, sério ao problema do trabalho escravo. Principalmente a partir de 1995, com a criação dos chamados grupos móveis de combate ao trabalho escravo. Em 2003, houve uma repaginação desse conceito de trabalho escravo, do crime previsto no Código Penal, e houve um detalhamento por parte do legislador, no sentido de dizer: “Ó, trabalho escravo são essas situações aqui: É o trabalho forçado, são as condições degradantes, são as condições degradantes, é o trabalho exaustivo, é a chamada servidão por dívida”. Depois, nesse mesmo ano, houve outros avanços, que agora já estou esquecendo. Enfim, o que eu queria dizer é que, de positivo, nos últimos 20, 25 anos, nós temos dado um trato importante no tema do trabalho escravo, principalmente após uma condenação que sofremos, digo o Brasil, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em que nós fomos instados a tratar a questão de forma mais séria. Agora, puxando mais para o recente, nós tivemos a criação também desse programa que compõe o Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, inclusive com a elaboração recentíssima de um protocolo, um protocolo de atuação e julgamento de juízes e juízas do trabalho, mas não só juízes e juízas do trabalho, procuradores de trabalho, advogados que necessitam demandar numa situação específica o trabalho escravo. Um protocolo que, na prática, suscita que nós pratiquemos, no âmbito da justiça, uma chamada justiça adaptada pra a necessidade da pessoa escravizada. Então eu espero que aqui, nessa manhã, nós possamos debater. Temos muitas pessoas aqui entendidas sobre o assunto, que já trabalharam há muito tempo sobre o assunto, com o assunto. Espero que seja uma manhã frutífera e agradeço imensamente à Vereadora Jô por ter encampado a nossa ideia, que começou no ano passado. E Marcela e outras pessoas organizamos esse mesmo evento lá na Assembleia dos Deputados Estaduais, lá em João Pessoa, e foi um evento massa e espero que esse ano também seja. Muito obrigado.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, doutor George. Na sequência, agora, para passar para a doutora Ivonildes Fonseca, doutora aqui na Universidade Estadual da Paraíba, lá



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

do campus Guarabira. Essa é a ficha técnica, como eu disse, ela foi componente da minha banca de dissertação. Mas agora, nesse lugar, ocupa um espaço extremamente importante, vice-reitora aqui da Universidade Estadual da Paraíba.

A SRA CONVIDADA DOUTORA IVONILDES FONSECA (VICE-REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA): Bom dia, gente. Campina Grande está muito honrada com esta sessão, neste dia de hoje. E eu quero saudar a mesa. Vou saudar em nome da Vereadora Jô. Nós temos boas memórias, não é, Jô? Que você sempre relembra. Pra mim foi uma honra e continuará sendo. E quero saudar a plateia. Eu vou saudar em nome de todas as pessoas trabalhadoras do campo e da cidade, especialmente a nossa categoria de trabalhadoras domésticas, que eu hoje reencontrei, depois de muito tempo, lembrando as nossas oficinas. Espero que a gente retome. E a minha fala aqui é uma fala de contentamento pela força que a organização das pessoas tem. Primeiro, quero dizer que esta força resplandece neste dia de hoje, 13 de maio. Dia em que ainda temos nas páginas de nossa história um dia que relembra a sanção da Lei Áurea, da falsa abolição. E esta força, então, com relação a esta Lei Áurea, ela se mostra porque hoje as organizações negras e as pessoas que se aliam pela dignidade das pessoas negras, nós ressignificamos esta data. E esta data é a data que tem a seguinte denominação. 13 de maio é o dia da denúncia nacional contra o racismo. E, evidentemente, que se formos, estamos tratando aqui de trabalho escravo, de tráfico de pessoas, quando nós vamos adentrar neste assunto, nós vamos encontrar facetas do racismo. E o racismo é um racismo que marca também a pobreza do nosso país. A pobreza tem cor. E também vamos ver que muitas das pessoas que estão envolvidas ou são arrastadas para o trabalho escravo, para o tráfico de pessoas, são pessoas que têm correspondência com os marcadores sociais, especialmente os de etnia e de raça. Nós sabemos disso e é lamentável. Eu quero aqui então dizer que é muito importante estarmos aqui, porque nós hoje estamos somando as vozes que buscam humanidade. Porque a gente vê que em nossa sociedade nós temos ações que não são consideradas ações de humanidade, e sim ações desumanizadoras, desumanizantes. E nós todas aqui hoje somos essas vozes que dizemos que o comportamento, a prática do tráfico de pessoas, a prática do trabalho escravo, é uma prática inaceitável. E este momento aqui é para ressaltar isso. Nós não aceitamos e nós estamos transformando este país. Muito obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, professora Ivonildes. Como sempre contundente nas suas colocações, queria convidar aqui a senhora Ana Raquel Pereira, membro da Comissão de Combate à Discriminação e Injúria Racial da OAB, pra fazer parte aqui também do nosso plenário. O senhor Pedro Neto, também para compor aqui o nosso plenário. A senhora Franciele Menezes, também representando a Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania, para também compor o plenário. E registrar aqui a presença de Dona Luzia, uma liderança comunitária lá de José Pinheiro, sempre atuante e forte aqui na nossa militância, junto com Alexandre, o Rei dos Cornos, como ele gosta de ser conhecido, não posso quebrar a ritualística



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

dos nomes sociais. Também Afonso, enquanto liderança aqui da nossa cidade. E, na sequência, agora eu queria passar a fala para a senhora Marcela Asfora, procuradora aqui do Ministério Público do Trabalho, pra que possa também aqui fazer a sua fala.

A SRA CONVIDADA MARCELA ASFORA (PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO): Bom dia a todos os presentes. Gostaria de agradecer à Vereadora Jô, à Vereadora Aninha, à Vereadora Waléria, ao Vereador Anderson, ao Vereador Wellington, ao Vereador Alexandre, por terem aberto essa Casa para essa discussão tão importante, infelizmente ainda tão importante nos dias de hoje. Paraíba. Vamos falar de Paraíba, Liberalina. De 1995 a 2025, 761 paraibanos foram resgatados em situação de trabalho escravo. Desses 761, 190, Rogério, foram resgatados de 2023 a 2025. O que antes acontecia fora do estado da Paraíba, agora, de forma mais contundente, acontece no nosso estado. Desses 190, apenas cinco foram resgatados fora da Paraíba. Os demais aqui na nossa região. Pedreiras e construção civil é o que mais tem afetado os nossos trabalhadores. Quando falamos de trabalho escravo, estamos falando de direitos humanos. De garantir o mínimo de dignidade. Esses trabalhadores, eles não têm assegurado, doutora Emanuele, o mínimo da dignidade. Porque como nós encontramos uma situação de trabalho escravo, é quando identificamos um trabalhador, doutor Tiago, numa situação de crime. Ele está sendo vítima de um crime. E, muitas vezes, eles não sabem disso, doutora Geane. E quando nos deparamos com essa situação, e já me deparei muito, inclusive em situação de trabalho escravo doméstico, Chirlene, é uma situação que realmente é um vilipêndio muito grande. E todos nós que fazemos parte da rede de proteção do trabalhador ficamos extremamente indignados, doutor Renato. Porque não é uma mera irregularidade trabalhista que nós estamos vendo ali. É você simplesmente desconsiderar a pessoa humana. É tratar como mercadoria, doutora Janaína. É colocar ali dentro de um custo que quer que seja diminuído. Então, eu preciso reduzir? Vou reduzir aqui, doutor George. Vou realmente retirar todos os direitos deles. E é importante a gente dizer que o trabalho escravo não precisa se configurar apenas quando há uma restrição da liberdade. Muitas vezes a gente tem isso. Essa ideia de que eu preciso da restrição da liberdade, como era antes da abolição formal. Mas nós temos que entender que não. Que a situação do trabalho escravo é também quando a gente encontra uma situação de degradância. Quando você vê trabalhadores que trabalham em situações sem água potável, sem instalação sanitária, grandes riscos sem equipamento de proteção individual, estão ali em pedreiras podendo desenvolver doenças que são irreversíveis. Mas que estão ali sem qualquer cautela, sem análise de risco. Há alojamentos que são feitos, como nós verificamos em construção civil aqui na Paraíba, no subsolo de um canteiro de obras. Nós não podemos permitir essa circunstância, Vereadora Jô. Então, por isso que o Ministério Público do Trabalho, junto com o Tribunal Regional do Trabalho, o Ministério Público Federal e todos os demais órgãos, a Defensoria Pública da União, estamos aqui nessa Casa do Povo para levar essa informação para a população de que existe o trabalho escravo, de que aqui na Paraíba existe, de que as pessoas, se verificarem, podem denunciar os órgãos. E é importante dizer que esse trabalho de prevenção,



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

de informação, de multiplicação, tem surtido efeito, porque, se há um aumento do número de resgate, infelizmente é porque existe, mas também porque chega aos órgãos a informação. Então, é importante que as pessoas saibam onde buscar. E podem denunciar no Ministério Público do Trabalho, podem denunciar no Disque 100, para que chegue para nós, para que o Ministério do Trabalho também, que é extremamente importante, nesse combate esteja presente e possa fiscalizar junto com o Ministério Público do Trabalho. E que nós possamos, juntos, mudar essa realidade que ainda existe. Que o município de Campina Grande tenha os olhos abertos pra isso. Que possa atuar de forma preventiva, considerando que essas pessoas estão dentro de uma vulnerabilidade. Incluí-las de forma decente no mercado de trabalho. Possa atuar com pós-resgate, com assistência social, depois que essas pessoas forem resgatadas, para que elas não voltem ao trabalho dessa forma. E também que a Câmara possa, dentro da sua competência legislativa, também buscar resguardar esses trabalhadores que são mais vulneráveis e que precisam também de todo o apoio da Câmara, para que possa, através da legislação, evitar que sejam contratados dessa forma ou que voltem a serem vítimas de trabalho escravo. Porque quem procura trabalho não pode encontrar escravidão. Obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Obrigada, doutora Marcela. Na sequência, eu queria passar aqui para o senhor Liberalino Ferreira de Lucena, presidente da FETAC Paraíba, mas claro, conhecido como Caboclinho, não é? Liberalino às vezes a gente fica procurando.

O SR CONVIDADO LIBERALINO FERREIRA DE LUCENA (PRESIDENTE DA FETAG-PB): Bom dia pra todos e todas. Inicialmente, gostaríamos de saudar a Mesa, em nome da vereadora Jô. Em nome da Doutora Marcela, gostaria de saudar todos os presentes a esta sala. Nada mais importante de que um dia como este pra discutir a vida daqueles que merecem e que têm direito a uma vida digna, uma vida de cidadão. Infelizmente, companheiros e companheiras, ainda se vê muitos trabalhadores que ainda são, de fato, escravos. Nós estamos falando aqui daqueles que são resgatados, daqueles que o Ministério Público do Trabalho luta muito e consegue. Se nós vemos aqueles que ninguém sabe e que têm essa vida parecida, análoga à vida de escravidão, é muita gente. E estes muito, a maioria deles são a categoria mais importante deste país, que são os trabalhadores rurais, que eu represento. Digo isso não é só pelo fato de representar os trabalhadores rurais, é que são eles que sofrem e produzem até para o Papa, mas aquilo que devia gozar, o respeito e o acompanhamento ao seu trabalho, ele não goza. Nós temos um exemplo disso, o processo de reforma agrária. Um processo de reforma agrária que, desde que foi criada a Lei 4.504, esperávamos e achávamos que era um novo céu, ia resolver o problema dos trabalhadores. Mas, meus caros companheiros e companheiras, autoridades aqui presentes, se vocês visitassem mais de 500 assentamentos de trabalhadores rurais, e vivem a situação em que vivem, vocês iam ficar dizendo: “Por que foi criada a reforma agrária?”. Foi criada a reforma agrária, mas não se cumpre aquilo que a lei prevê, aquilo que a lei garante, não se dá as condições



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

que os trabalhadores deveria ter. Por isso que eles têm, gente, além daqueles que são resgatados, tem aqueles, como já disse, aqueles que ninguém sabe a razão pela qual ele não melhora de vida, a razão pela qual ele continua sofrendo. Mas eu gostaria muito de dizer que a doutora Marcela precisa de muito mais gente viu, doutora? Pra atingir, pra chegar aonde merece chegar e aonde pretende chegar, né? De qualquer forma merece todo o nosso respeito e os nossos parabéns. Eu acho que a vida não acaba, ninguém deve parar e cansar. Eu acho que nós deveremos continuar lutando, e só lutando é que a gente poderá chegar aos nossos objetivos. Muito obrigado.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada. Muito obrigada, Liberalino. Chamo agora na sequência a senhora Janaína Andrade de Sousa, Procuradora da República, também que possa deixar a sua...

A SRA CONVIDADA JANAINA ANDRADE DE SOUSA (PROCURADORA DA REPÚBLICA): Bom dia a todas as pessoas que nos assistem e também aqui estão presentes. Eu vou iniciar a minha fala, vereadora Jô, fazendo uma rápida autodescrição. Eu sou uma mulher parda, e, por essa razão, eu não vou citar aqui a ancestralidade, como você poderia fazer, já que esse não seria meu espaço de fala, mas fica aqui minha homenagem, Vereadora Jô, à sua ancestralidade. Eu sou uma mulher parda, tenho cabelos castanhos à altura do ombro, olhos castanhos, estou usando um batom cor de vinho e uma roupa preta. As minhas emoções não podem ser transmitidas, mas posso dizer que estou muito feliz com o convite de participar desse momento, porque esse momento eu reputo como um momento de democracia genuína, porque é a sociedade, é o cidadão tratando de um tema tão importante. A gente sabe que a Lei Áurea, de 1888, ela não trouxe uma abolição da escravatura de maneira material, é um documento formal que, inclusive, ainda existe hoje no nosso ordenamento jurídico. Porém, Nêgo Bispo já dizia, vereadora Jô, que ela não aboliu a escravidão. Entre esse tempo, há sim uma sociedade escravocrata. A faxina tem cor. Vilma Piedade diz isso muito bem, a faxina tem cor. Doutora Marcela trouxe dados aqui alarmantes de trabalhadores resgatados em pouco espaço de tempo. E ela me disse, agora há pouco também eu perguntei pra ela, em 2025, quantos trabalhadores resgatados foram aqui na Paraíba? 71. E não estamos ainda nem na metade do ano. Então, isso mostra que esse dia 13 de maio, doutora Marcela, doutor Tiago, que fazem parte do Ministério Público do Trabalho, não é um dia de comemoração, mas é um dia de reflexão do que nós, sistema de justiça, do que a sociedade pode fazer pra mudar essa realidade, porque o trabalho escravo ou escravidão contemporânea, como se denomine, ele afeta diretamente os direitos humanos. Não podemos deixar que exista a valorização da dor, um trabalho com dor não é um trabalho justo, ele não é um trabalho digno. Por isso, a importância do letramento também antirracista. Não só a Vereadora Jô, não só os vereadores que estão aqui, Valéria, Anderson, Alexandre, Wellington, Aninha, mas todos nós, e também a sociedade civil precisa é desse engajamento. Liberalino disse que doutora Marcela precisa de muita gente, e precisa mesmo. A situação não é fácil, mas ela



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

precisa ser discutida todos os dias do ano, não apenas nesse dia 13... nesse 13 de maio. E isso, professora, a academia também tem uma importância ímpar. Precisamos formar profissionais com um olhar antirracista, precisamos mudar essa realidade, que foram 137 anos, como bem disse doutor George, e que não há um dia de registro sem trabalho escravo nesse país. E quando vamos fazer também a avaliação do tráfico de pessoas e se faz um recorte, seja racial, seja de gênero, verifica-se que também há uma cor nessa exploração sexual. As mulheres, elas são as maiores vítimas da exploração sexual, e, quando se faz o recorte racial, são as mulheres negras que sofrem também com o tráfico de pessoas, seja para a exploração sexual e, no caso das mulheres negras, também para o trabalho doméstico. Então, fica aqui o nosso pedido pra que todos se envolvam. Agradecendo pelo convite, Vereadora Jô, doutora Marcela, doutor Jorge, parabenizando os senhores por esse evento. E, repito, pra mim, isso é um ato de democracia genuína, ter a população aqui discutindo. E, em certo momento, perguntaram ao Nêgo Bispo... fizeram... e ele provocou: “Não me mande fazer Direito que eu não sou colonizado”. Então, assim, pra discutir essa temática não precisa ser formado em Direito, bacharel em Direito, é preciso ter boa vontade e querer fazer diferente. Então, muito obrigada e um bom evento a todos.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, doutora Janaína. Na sequência, eu gostaria de passar para a senhora Glória Rejane Santos, presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Paraíba.

A SRA CONVIDADA GLÓRIA REJANE SANTOS (PRESIDENTE DO SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DA PARAÍBA): Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Eu sou Glória Rejane Santos, presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Paraíba e também sou diretora da Fenatrad. Eu quero agradecer à vereadora Jô, a quem eu cumprimento também a Mesa, em nome dela. Cumprimento a plateia em nome de todas as trabalhadoras domésticas da Paraíba. Hoje é um dia pra nós de reflexão. Aonde está a abolição, que não houve? Eu, como sindicalista, e atendendo essas mulheres, eu vejo quando elas falam o massacre tão grande que, às vezes, nós nos sentimos impotentes diante de tanto sofrimento, de tanto assédio moral. A gente dá de cara com a casa grande, elas ainda estão dentro da senzala. Esses espaços nos traz as nossas vozes dizendo que basta de racismo. Vamos valorizar o trabalho doméstico e também retirar esse pensamento escravocrata que ainda existe nessa sociedade, escravizando as mulheres, especialmente as trabalhadoras domésticas. Porque, quando nos perguntamos: quem somos nós? Trabalhadoras domésticas, pretas, com baixa escolaridade e morando nas periferias. Estamos sempre à margem da sociedade. Apesar das leis, ainda vivemos muito forte tudo isso. É preciso que haja uma reparação muito grande pra, de verdade, acontecer a abolição. Obrigada a todos.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Eu saí de casa dizendo que não ia chorar hoje, né? Tem que manter essa... tem que manter essa lógica, mas muito obrigada, Glória Rejane, por sua colocação.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

E, sempre que falamos sobre trabalho doméstico, é impossível a gente não recorrer ao último resquício de escravização que a gente ainda vive no país, que sabe, inclusive, que é a categoria que ainda luta por direitos básicos reconhecidos na condição de trabalhadores e trabalhadoras, ainda na CLT da década de 40. Então, isso traz um lugar histórico e de luta pra gente que é fundamental. E, hoje, inclusive, queria até reforçar uma demanda que foi apresentada durante a nossa audiência do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, que é, por exemplo, com relação à questão do seguro-desemprego, que as trabalhadoras domésticas não têm direito às cinco parcelas, como os demais trabalhadores e trabalhadoras. Então, é ainda no básico que a gente precisa falar sobre trabalho doméstico, e não é à toa que é onde a gente tem, inclusive, um grande número de incidências de pessoas em trabalho análogo à escravidão, quando a gente sobre trabalho doméstico, não é? Então, reforçar aqui também esse encaminhamento. *[Interrupção por sinal sonoro]*. Muito obrigada, Ribamar. Tô concluindo. Queria passar aqui agora pra senhora Emanuella Melo, ela é da Defensoria Pública Federal, DPU, e também aqui compõe conosco essa Mesa.

A SRA CONVIDADA EMANUELLA MELO (DEFENSORA PÚBLICA FEDERAL DA DPU): Bom dia a todas e a todos aqui presentes. Gostaria de agradecer inicialmente à vereadora Jô Oliveira pelo convite, à Defensoria Pública da União. Eu sou Emanuella, Defensora Pública Federal. E, em nome da vereadora, agradeço também a todas as autoridades que compõem a Mesa, que compõem a nominata e a todos aqui presentes no Plenário e a todos aqueles que nos acompanham hoje aqui. Nesse dia, que é um dia de memória, de resgate e de luta de todas aquelas pessoas que foram vítimas, tanto do tráfico de pessoas quanto do trabalho escravo, e também de olhar para frente. Aproveitando o gancho, doutora Janaína, a gente precisa ter boa vontade quando se fala em olhar pra frente e traçar um cenário pra que situações como essas relatadas por doutora Marcela não se repitam, não aconteçam mais. É inadmissível que, em pleno 2025, a gente ainda esteja aqui nessa Casa debatendo o básico, que as pessoas têm direitos, que o trabalho ele precisa ser feito com dignidade, que os direitos humanos precisam ser respeitados, de todas as pessoas, mulheres, mulheres negras, crianças, homens e mulheres, migrantes, brasileiros, todos. Todos, quando se colocam no mercado de trabalho, precisam ter os direitos garantidos, e esse é um debate que ocorre através da academia, professora, através dos sindicatos, através da sociedade civil, através das instituições que compõem o sistema de justiça. Mas, enquanto Defensoria Pública da União, que é a única instituição constitucionalmente vocacionada pra falar de direitos humanos, eu digo: vocês é quem têm a voz, a voz precisa ser utilizada. Os movimentos sociais, os sindicatos, os trabalhadores do campo, as empregadas domésticas, as pessoas que trabalham nas carvoarias, nas construções civis, precisam chegar até nós, precisam usar a voz que vocês têm pra denunciar essas situações, pra que isso não mais aconteça. As instituições estão de portas abertas, como bem salientou todos aqui presentes, através de inúmeros canais de contato. Disque 100, os sites, as instituições mesmas estão de portas abertas. E que vocês procurem, que vocês venham, pra que a gente consiga, de fato, combater situações como essa,



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

pra que o dia 13 de maio seja, sim, um dia de comemoração de números melhores. Que números como esses que a Defensoria Pública da União percebe que estão aumentando progressivamente, depois da pandemia, o número de pessoas em situações análogas à escravidão e em situações de tráfico de pessoas tem aumentado. Para além disso, além de aumentar, o modo de atuar das organizações criminosas tem se tornado mais sofisticado. Percebemos isso nos atendimentos, no perfil das vítimas. Lógico que as mulheres, as mulheres pretas, ainda são o principal filão dessas instituições, mas a gente também percebe uma mudança nesse padrão. Então, mais uma vez reitero, a Defensoria Pública da União está de portas abertas para recebê-los, para atendê-los. A gente trabalha 24 horas por dia, sete dias na semana, em sistema de plantão. Temos veículos de atendimento de todas as formas pra que essas denúncias cheguem, pra que as pessoas possam ser protegidas, para que possamos garantir que os seus direitos mínimos sejam respeitados. Então, é isso que a Defensoria Pública da União se coloca aqui à disposição desta Casa, desta sociedade aqui presente e de todas essas instituições, pra que possamos juntos fazer uma luta coletiva. É uma luta coletiva, é uma luta de todos pra que isso não mais se repita, pra que seja, de fato, como eu disse e reitero, um dia de verdadeira comemoração, para além de tantas lutas de décadas e séculos que a gente tem aí, diante desse dia 13 de maio. Agradeço a todos. Mais uma vez, muito obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, doutora Manuella. Agora, na sequência, a senhora Vanúbia Martins, ela é educadora da Comissão Pastoral da Terra, CPT, e também tem...

A SRA CONVIDADA VANÚBIA MARTINS (EDUCADORA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA): Bom dia a todas, a todos. Agradeço a Jô por realizar essa sessão no dia de hoje. Eu poderia trazer essa sessão hoje nossa ancestralidade toda, mulheres como Dandara, Tereza de Benguela e tantas outras mulheres negras, mas eu quero trazer aqui hoje a minha avó, Mãe Tonha. Uma mulher negra, do meu tamanhinho, pequenininha assim como eu, mas que morreu lúcida aos 96 anos, porém negando a sua negritude, porque assim pra ela foi ensinada pra que ela pudesse se considerar gente. Então eu trago esta minha ancestral hoje, nesse dia, pra gente discutir uma coisa tão importante que ainda é a escravização de pessoas. E aí, eu compreendo... também disse que não ia chorar, mas não tem jeito... também compreendo por que essa negação... essa negação da minha avó negra e a negação da minha avó índia, das duas não se considerarem indígenas e nem negras, porque assim elas não eram consideradas gente e, não sendo gente, não tinham direito a trabalho digno e vida digna nesse país. Então, a gente... eu venho da Comissão Pastoral da Terra, que há 30 anos acompanha, denuncia e registra os trabalhos escravizados, eu tirei da minha linguagem o análogo à escravização, porque não é oficial, não escravizou? Essa... fica uma pergunta pra nós. Mas as pessoas escravizadas nesse país são registradas, e como trouxe a doutora Marcela, vai estar registrado no nosso livro de conflitos que, em 2024, na Paraíba, nós... foram resgatados 30 pessoas em situação de escravidão na mineração. Mas é claro que a gente teve mais 36 resgatados na construção civil. O que que esses números dizem pra gente aqui na



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

Paraíba? Antes, a gente vem, nesses 30 anos, acompanhando o registro de trabalhos análogos à escravidão, ele diz que a gente era exportador de mão de obra escrava. Então, de vez em quando, chegava aqui pra gente acolher pessoas que haviam viajado, seja pra cana, pro corte de cana, seja pra colheita da maçã, a soja, cebola, a produção de etanol, e a gente recebia. Com o aumento de investimentos no estado da Paraíba, e aí, a gente fica superfeliz, Rogério, que abriu postos de trabalho, é sempre uma luta abrir postos de trabalho, a gente só viu o seguinte, que não precisa mais a gente sair da Paraíba pra ser escravizado, Jô. A gente pode ser escravizado aqui, com todos os investimentos que a gente fica feliz de chegar no estado. E aí, eu queria trazer esses números, eles poderiam nos mostrar... a CPT, então, registrou 1.622 trabalhadores rurais resgatados de trabalho escravo no Brasil no ano de 2024. Esse ano a gente começou o registro agora, ainda não temos. Mas eles estão nessas lavouras de café, cebola, cana, mineração, nenhuma dessas propriedades do agro, que é quem mais produz propaganda, mas é também quem mais produz trabalho escravizado nesse país. Nenhuma dessas propriedades, doutora Marcela, foi desapropriada para fins de reforma agrária, Caboclinho, com condições pra que esses agricultores e essas agricultoras, que saíram, que migraram dos seus estados, pudessem trabalhar e viver dignamente. A gente ainda não tem, mas talvez cheguem até vocês, trabalho análogo à escravidão nesse que hoje é o catálogo de visita para investidores na Paraíba e no Nordeste, que é a produção de energia renovável. Mas, de alguns outros estados, já chegou na Comissão Nacional de Direitos Humanos denúncias de trabalho análogo à escravidão também na produção de energia renovável, limpa com tudo o que ela traz nessa história, que tem, além do trabalho análogo à escravidão, expulsado trabalhadores rurais dos seus locais de produção e de trabalho, pra... o que é que acontece com isso? Eles não têm mais lugar pra viver e trabalhar, acabam migrando e indo pra essas lavouras que escravizam pessoas. Só do Curimataú, Jô, uma peculiaridade, no período da colheita da laranja saem dez ônibus por semana para a colheita da laranja, essas pessoas vão e voltam. Mas, assim como o preconceito tem nuances, o trabalho escravizado também tem suas nuances, né? Eles vão e voltam. Isso não significa dizer que eles tenham um trabalho digno nesses lugares em que eles vão e voltam, e que, muitas vezes, a gente muito feliz... a gente não, a maioria das pessoas: "Ah, consegui um trabalho". Qual é o tipo de trabalho que tem? E, nas nuances, nós poderíamos chegar aqui no comércio de Campina Grande, Rogério, que hoje não tem um dia de feriado que os donos dos estabelecimentos queiram abrir que não seja aberto. Na verdade, é só o dono dizer: "Eu quero, eu vou abrir meu comércio", que tá tudo certo. E a gente termina dizendo assim: o descanso e a dignidade ela faz parte da humanidade. E, como disse a professora, nós estamos sendo desumanos. Mas hoje é um dia importante pra gente refletir sobre isso. Obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, Vanúbia. Quero dizer que, no momento em que Vanúbia recebeu o convite pra essa audiência, ela, inclusive, fez questão de perguntar se poderia publicizar esses dados. Eu disse: "Imagina, a audiência é exatamente pra isso". E acredito que um dos nossos principais encaminhamentos aqui é exatamente que a gente tenha acesso a



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

esses números, até pra que a gente possa colocar para as pessoas diariamente o que a gente tá tratando aqui é uma coisa que afeta milhões de pessoas o ano inteiro, todos os dias, nesse país, nesse estado e na nossa cidade de Campina Grande. Então, muito obrigada, Vanúbia, por ter apresentado a gente esse caderno. Certamente nós vamos acompanhar mais de perto. Queria chamar também agora o senhor Tiago Cavalcante, Procurador do Ministério aqui... do MPT. E aí, a gente encerra a fala das mesas com o senhor Renato Gama.

O SR CONVIDADO TIAGO CAVALCANTE (PROCURADOR DO TRABALHO DO MPT): Bom muito bom dia a todos e todas. Gostaria apenas de fazer algumas breves reflexões. A primeira delas já foi registrada aqui nessa Tribuna, o fato de que nós estamos aqui hoje, no dia 13 de maio, não pra comemorar o dia 13 de maio de 1888, mas pra rememorar esse dia. Na verdade, pra até fazer uma denúncia no sentido de que, muito embora tenha sido o dia de publicação da Lei Áurea, que proibiu formalmente a possibilidade jurídica de uma pessoa ser propriedade de outra, ou seja, de um ser humano ser dono de outra pessoa, de outro ser humano, também esse dia ele marca o início, e por isso é tão emblemático, do que nós convenciamos chamar de escravidão contemporânea. Porque, como o doutor George muito bem falou, nem sequer por um único dia na história desse país nós deixamos de ser um país escravocrata. Eu costumo dizer que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas ela esqueceu de assinar a carteira de trabalho dos ex-escravizados, ela deixou de promover reformas sociais, ela deixou de promover a igualdade social, ela deixou de promover a igualdade racial, ela deixou de assentar o nosso povo, de promover uma reforma agrária, ela deixou de garantir direitos trabalhistas, a legislação do campo remonta à década de 1960, ela deixou de combater as relações autoritárias e o autoritarismo das relações de trabalho, então o coronelismo se perpetuou no nosso país. Então, por um único dia, nós deixamos de ser um país escravocrata, agora, como muito bem disse também doutor Jorge, nós temos algumas políticas públicas de enfrentamento à escravidão contemporânea. Em 30 anos de enfrentamento, nós conseguimos resgatar aí pouco mais de 50 mil trabalhadores de condições análogas à de escravo, o que é significativo, porque se nós olharmos pra os nossos países vizinhos nenhum deles resgatou trabalhadores de condições análogas à de escravo. A Bolívia não resgatou ninguém, o Peru não resgatou ninguém, o Chile provavelmente não resgatou ninguém, então isso é significativo. Muito embora seja significativo, 50 mil resgatados em 30 anos não condiz com os nossos números. Nós temos hoje, no Brasil, 400 mil pessoas escravizadas. Quem diz isso é a ONG *Walk Free Foundation*, que é responsável por fazer a estimativa de pessoas escravizadas em âmbito global. E veja, esse número está crescendo. Em 2012, essa mesma ONG dizia que nós tínhamos 150 mil, hoje nós temos 400 mil. Então, se nós resgatamos, em 30 anos, 50 mil pessoas nessas condições, a gente teria muito trabalho pela frente pra resgatar todos eles. Então, se a gente quer, de fato, não digo erradicar, mas enfrentar verdadeiramente o trabalho escravo contemporâneo, a gente precisa atacar preventivamente esse problema, a gente precisa garantir direitos sociais, sobretudo nas comunidades de vítimas em potencial, a gente precisa fazer uma reforma agrária, a gente precisa distribuir terra, a gente



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

precisa combater a desigualdade racial e social, a gente precisa distribuir riqueza, a gente precisa garantir direitos trabalhistas, e não fazer reformas trabalhistas como nós estamos fazendo, a gente precisa, na verdade, combater as relações autoritárias, a gente precisa combater o autoritarismo, sobretudo nas relações de trabalho. Então, vejam, quando a gente fala de combate ao trabalho escravo a gente tá falando de democracia e justiça social. Então, é essa a mensagem que eu gostaria de deixar aqui hoje. Hoje, a gente não tá falando aqui de enfrentamento à escravidão, a gente tá falando dessa nossa luta incansável por democracia e por justiça social. Obrigado.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Obrigada, doutor Tiago. O senhor afaga a nossa memória, inclusive das lutas que a gente trava nesses últimos cinco séculos de ocupação desse território. Queria encerrar agora a falas das mesas com Renato Gama, representando a OAB aqui, Subseção Campina Grande. Enquanto o doutor Renato chega ali na Tribuna, eu queria lembrar que nós temos dez inscrições para a fala aqui do Plenário e também da Galeria.

O SR CONVIDADO RENATO GAMA (REPRESENTANDO A OAB MUNICIPAL E ESTADUAL): Bom dia a todos. Eu queria agradecer o convite na pessoa da vereadora Jô, parabenizar pela elaboração desse grande evento. Cumprimentar a todos os presentes aqui, todos os líderes sindicais e membros dos sindicatos na pessoa do meu amigo Rogério, presidente do Sindicato dos Comerciários. Eu me chamo Renato Gama, eu sou professor de direito de trabalho, sou advogado trabalhista e venho aqui representando a OAB, uma classe que tem grande importância nessa batalha contra a escravidão, contra a precarização dos contratos trabalhistas e contra a tentativa do esvaziamento da justiça do trabalho, contra a tentativa da flexibilização fraudulenta das relações de emprego. Eu queria registrar também aqui a presença das minhas colegas, que representam a Comissão de Combate à Discriminação e Injúria Racial da OAB, a doutora Jéssica Ellen Paixão e a doutora Ana Raquel Pereira. Bem, como já foi falado aqui por vários membros da nossa Mesa, hoje, o dia 13 de maio, nós lembramos da Lei Áurea, que foi, nesse dia, promulgada lá em 1888. Por outro lado, é... Nós sabemos que essa liberdade formalizada em lei definitivamente não trouxe dignidade. Pelo contrário, essa falsa liberdade colocou nas ruas sem terra, sem dinheiro, sem educação, sem estrutura, milhares de pessoas, e isso reflete nos dias de hoje. Então, esse reflexo, eu como advogado trabalhista, eu tenho certeza que o pagamento salarial não é exclusivo para trazer dignidade ao trabalhador. O trabalhador merece saúde, merece educação, merece o lazer e tudo aquilo que a nossa Constituição ela promulga. Nós advogados, geralmente, ouvimos muitas dessas histórias nos nossos escritórios e buscamos, com todo afinho também a igualdade social. Eu costumo dizer que o advogado ele é meio que funciona como um catalisador das histórias das pessoas. Nós ouvimos esses depoimentos e transformamos em técnica em nossas petições e buscamos indenizações dignas. E aí, eu já trago aqui a reflexão da importância não só da OAB, mas principalmente do Judiciário, de ser firme, não só na aplicação das indenizações, mas também do Poder Legislativo na transformação da



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

legislação cada vez mais firme, mais dura, pra que a dignidade do trabalhador ela sempre seja preservada. Enquanto houver racismo, enquanto houver precarização das relações de trabalho, enquanto houver exploração, a escravidão estará presente. E espero que todos aqui, todas as classes aqui representadas, continuemos firmes nessa luta pra que esse dia, que esse tempo de escravidão e todos esses relatos, inclusive acredito que em fevereiro o Ministério Público liberou 52 ou foi 59 trabalhadores na Constituição Civil, aqui em Cabedelo, em João Pessoa, também não é nada ali no interior do Brasil, então é algo que está próximo. Tiveram vários resgates também de trabalhadores domésticos, em que são pessoas que muitas vezes estão à margem. Aqui lembraram também, não sei se foi a Vereadora ou se foi outra pessoa, da legislação em relação às domésticas que está muito bem representada aqui pelo seu Sindicato, que apenas em 2013 teve aí uma Emenda Constitucional trazendo direitos básicos trabalhistas para essa classe, e só em 2015 tivemos a Lei Complementar nº 150 que traz aí alguns poucos direitos a esses trabalhadores que merecem toda a dignidade e nossa atenção também. Então, em nome da OAB, declaro que a nossa Instituição continua firme e forte em busca da dignidade dos nossos trabalhadores. Muito obrigado. Bom dia a todos.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, Doutor Renato. Eu vou abrir agora o espaço para as falas do Plenário e também de Vereadores que pediram para se colocar. Mas antes disso, eu queria passar para a Vereadora Aninha, ela tem alguns registros. Nós temos por hábito fazer também o registro das pessoas que acompanham aqui a nossa Audiência, e aí logo na sequência eu passo para as falas da Mesa.

A SRA SECRETÁRIA ANINHA CARDOSO: Vou fazer aqui o registro de presença. A Senhora Maiara Ferreira Vieira, líder religiosa. A Senhora Suzana Lima dos Santos, Secretária de Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Paraíba. A Senhora Rossana Bezerra Araújo, integrante da Associação das Trabalhadoras Domésticas. A Senhora Francisca Pereira de Sousa, integrante da Associação das Trabalhadoras Domésticas. A Senhora Beatriz Guedes, membro da AJURCC. A Senhora Francielle Menezes, Assistente Administrativa da AJURCC. O Senhor André Maia, Assessor de Comunicação do TRT-13. A Senhora Patrícia dos Santos Silva, membro da Associação das Trabalhadoras Domésticas. A Senhora Zilda de Souza Cândido, membro da Associação das Trabalhadoras Domésticas. Registro Priscila Rocha, Auxiliadora Dantas, Magda Moura, Joyce Kayanara, Everton Silva e Cibeli Leal, da AJURCC. Lido, Presidente.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Oi, oi, oi... Queria abrir as falas. O Vereador Alexandre pediu pra fazer uma justificativa. E aí, na sequência, a gente passa para as inscrições.

O SR VEREADOR ALEXANDRE PEREIRA: Bom dia a todos ainda, né? Saudar a Mesa na pessoa da nossa Procuradora que está à Mesa. Me permita os Senhores, as demais Autoridades estão à Mesa, parabenizar a colega Vereadora Jô Oliveira, pela iniciativa de propor essa Audiência



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

Pública em um mês tão importante para nós trabalhadores. Saudar também as pessoas do povo que aqui estão. E apenas justificar, Vereadora Jô, tenho que... Tenho que me retirar por conta de uma entrevista. Vossa Excelência sabe que a nossa vida não fica somente nas quatro paredes do Plenário, mas no dia a dia, na correria que temos. Então, vou atender a um pedido da imprensa para dar uma entrevista em uma das emissoras de rádio, mas deixar registrado aqui nessa manhã, de que também apresentamos um projeto na Casa, e eu tenho certeza que contarei com o apoio dos demais colegas Vereadores e, acima de tudo, da Vereadora Jô Oliveira que tem levantado pautas e bandeiras importantes, em alguns momentos a gente comunga o mesmo pensamento. Em alguns momentos a gente converge. Em algumas situações, a gente consegue ser bastante unidos quando se resume aos direitos sociais, trabalhistas. Eu apresentei uma lei, ela é autorizativa, é claro, equiparando o direito dos prestadores de serviços da Prefeitura Municipal para os efetivos, no caso das mulheres no que se refere à licença maternidade. É lamentável que ainda nesse século, nesse tempo, nesse lugar, a gente consiga ver, Vereadora Waléria Assunção, mulheres prestadoras de serviços tendo que apenas ficar em casa quatro meses quando dar luz a um dos seus filhos. Mas o servidor efetivo, a servidora efetiva, ela tem direito a seis meses. Isso eu considero injusto. Eu sou Presidente do Sindicato de prestadores de serviços de empresas privadas e condomínios residenciais e comerciais. Eu considero isso... E até me faço uma autocritica a mim mesmo, pelo tempo que eu levei para verificar isso, pra entender isso de que ser mãe não tem diferencial se é branco ou preto, ou se é efetivo no quadro da Prefeitura, ou se é prestador de serviços. Mãe sempre será mãe. Então, no mês das mães eu apresentei esse projeto, espero contar com a sensibilidade dos meus colegas Vereadores, dos quais eu já conversei, para que a gente possa equiparar esse direito. É necessário, é importantíssimo dar essa condição àquela prestadora de serviços que muitas vezes não tem o mesmo direito que tem o efetivo. Não tem! Recebe apenas o seu salário, não tem direito a férias como tem o efetivo, não tem direito a alguns gatilhos, algumas garantias, mas essa mãe pode ter o direito de ter mais dois meses ao lado do seu filho. Então, apresentamos esse Projeto, tenho certeza que contarei com o apoio de todas as mulheres Vereadoras dessa Casa e todos os colegas Vereadores, porque eu acho que é algo que nós vamos fazer justiça, Vereadora Aninha, com certeza. Então, colega Jô, parabéns. Vossa Excelência, como sempre, muito brilhante nas suas colocações e ideias e nas suas ações aqui. E olhe que, nesses últimos dias, segundo Vossa Excelência, estamos vivendo aqui em um momento importante de união, mas essa união é em favor e mais precisa. Isso é o mais importante. Então muito obrigado a todos. E vou ter que me retirar, pedindo permissão a todos. Até que enfim uma vez, não é?

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Para quebrar um pouco o clima aqui da seriedade da nossa Sessão, o Vereador Alexandre é especialista nisso, explicar às pessoas da Mesa e aos nossos convidados e convidadas que nem sempre é esse clima de harmonia. Em especial, eu e o Vereador Alexandre estamos em lados, inclusive diferentes do ponto de vista de bancada, mas, acima de tudo, em alguns aspectos que a gente considera ideológicos e projetos políticos. Então,



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

a gente volta e meia figura uns debates bem acalorados aqui, mas uma coisa que ele tem trazido é verdade, nós temos tido alguns momentos em que a gente concorda e que, principalmente, a gente vota nas nossas pautas, que são similares, exatamente pela defesa do que a gente faz pela população de Campina Grande. Claro que uma matéria como essa terá a nossa apreciação e aprovação, porque a gente fala, inclusive, da conquista de direitos que são históricos para as mulheres. E aí é importante, Vereador Alexandre, ter ao meu voto, da mesma forma como também o tive quando nós apresentamos aqui um Projeto para que as Vereadoras também pudessem ter licença de maternidade, inclusive com a remuneração de Vereadora, porque não era, inclusive, previsto regimentalmente como se as mulheres que aqui chegassem não pudessem, inclusive, ter seus filhos e suas filhas. Então, é a nossa chegada aqui nesses lugares, com esses pensamentos, divergindo e convergindo, mas acima de tudo, garantindo o melhor para a nossa população. Então, muito obrigada pela sua presença. E tenha aqui de antemão o meu voto público com essa matéria, viu? Muito obrigada. Não tenho interesse nessa licença de maternidade, Vereador Alexandre, já lhe disse isso. Não é advogar em causa própria. É pensando nas próximas mulheres que queiram ser mãe e que estejam aqui, inclusive, na condição de Vereadoras. Abrindo esse momento, queria passar aqui para a Joyce Kaynara. Ela representa a Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania, para trazer a sua saudação. E, na sequência Chirlene Santos Brito, a nossa colega que representa aqui a Associação, o Sindicato, Fenatrad e a FIT, porque ela é internacional ela. Cadê Joyce? Chegando...

A SRA CONVIDADA JOYCE KAYNARA (REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDES, CULTURA E CIDADANIA – AJURCC): Tá, obrigada. Bom dia a todos e todas. Primeiro, gostaria de saudar a Mesa, saudar a Jô Oliveira, agradecer pelo convite de estar aqui falando em nome da Associação de Juventudes, Cultura e Cidadania, a AJURCC, e mencionar algumas coisas aos presentes e deixar registrada aqui nessa Audiência, porque a gente sabe a importância que tem em um momento como esse de estar discutindo publicamente questões que são relevantes do ponto de vista social, político, econômico e afins. Então, queria mencionar o papel principalmente das Instituições, das Organizações da sociedade civil nesse cenário. A gente que atua diretamente com o público, na qualidade de educadores, de coordenadores, de pessoas que se articulam pra estar juntos em comunidades vulneráveis e que têm acesso a essas pessoas que estão precisando, que estão passando por situações de vulnerabilidade e que precisam desses encaminhamentos, desse olhar atento daquelas pessoas que têm um pouco mais de conhecimento e que podem levar a encaminhar essas pessoas para os Órgãos competentes. Então, para além desse momento que a gente está aqui presente no dia de hoje, gostaria de mencionar a importância desses atores que, de certo modo, são invisibilizados, mas que merecem e precisam ser contratados e formados pelos Órgãos, pelo Ministério Público, pela Defensoria, pelos Vereadores, para que a gente possa passar por processos de formação na base, por assim dizer. Para que, por exemplo, lideranças comunitárias possam estar com a gente entendendo esses novos aspectos e novos pontos de vista a respeito do trabalho escravo, das



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

novas formas de escravidão. Então, que a gente possa passar desse momento de Audiência e também fazer esse movimento duplo de retornar às Associações, as Fundações e Instituições aqui em Campina Grande e em outras regiões aqui da Paraíba, pra dar continuidade a esse processo de formação e, quem sabe, de uma forma negativa, aumentar significativamente esse número de resgates e, em contraponto, garantir que essas pessoas que foram resgatadas tenham acesso a direitos, direitos sociais, direitos culturais, que por várias vezes lhes são negados. Então, a título de proposição, se assim eu posso sugerir, que a gente possa, para além desse momento, estar realizando outras atividades e outros momentos como esse, para que a gente possa ter o auxílio da Câmara e dos Órgãos competentes, pra que a gente possa estar, inclusive, pautando outras questões que não estão diretamente postas aqui, mas que têm toda a relação, que é, por exemplo, o trabalho infantil, crianças que estão em situação de trabalho infantil e que, posteriormente, são os alvos mais fáceis desse tipo de trabalho e desse tipo de pessoa que busca a exploração desse trabalho, que busca se aproveitar dessas ingenuidades ou dessas fragilidades que foram postas ao longo dos anos dentro do sistema. Então, se a gente tem uma, um jovem que está em situação de trabalho escravo, uma jovem que está nessa situação... *[interrupção por sinal sonoro]* Ele certamente passou por outras violações e vulnerabilidades ao longo da vida. Então, era isso. Muito obrigada pelo espaço e até mais vê-los.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, Senhora Joyce Kaynara. Queria passar, então, agora na sequência para a Chirlene dos Santos Brito. Ela está indo modesta, mas ela é da Associação, do Sindicato, da Federação Nacional e da Federação Internacional do Trabalho Doméstico. Quando eu digo que ela é internacional, ela fica brava, mas é isso mesmo.

A SRA CONVIDADA CHIRLENE DOS SANTOS BRITO (REPRESENTANDO A ASSOCIAÇÃO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINA GRANDE): Bom dia a todas e em todos. Eu cumprimento a Mesa em nome das trabalhadoras domésticas que se dispuseram de estar aqui hoje com a gente, das companheiras que já falaram aqui, que fazem parte tanto da Associação quanto do Sindicato, nós enquanto subsede aqui em Campina Grande. Mas eu venho aqui hoje, a minha Presidenta a nível Estadual já falou. Estou também aqui com a minha Presidenta que é da Associação, que é a Eliane. Mas, trabalhando esses dias, pensando nessa questão aqui do que ia acontecer nessa Audiência, a gente vem trabalhando esse tema, abordando isso há muitos anos, né? Com enfoque no trabalho escravo, que é uma coisa em que a gente já nasce, né? Com esse título de “uma trabalhadora doméstica escravizada”. Mas nós da Associação, em parceria com o Sindicato de trabalhadoras domésticas aqui de Campina Grande, a gente fez uma nota aos Poderes Públicos e à sociedade em geral. Ela diz o seguinte, a gente preparou dessa forma: “Nós da Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande, em representação do Sindicato Estadual da categoria de trabalhadoras domésticas, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, da Confederação Latino-Americana e Caribenha, da Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas, das quais a Associação das Trabalhadoras



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

Domésticas de Campina Grande faz parte, nos manifestamos nesta data 13 de maio, para externar nossa posição nesta Audiência pública sobre o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. De proposição da nobre Vereadora Jô Oliveira, mulher negra, filha de trabalhadora doméstica assim como muitas de nós aqui presentes. Esses dois temas trazidos a esta Audiência Pública nos tocam profundamente, já que a nossa categoria ela é a única que ficou fora lá em 1943. Também ficou de fora dos direitos conquistados na Constituição de 88, a Constituição Cidadã. E só em 2013, com a Emenda Constitucional e a Lei Complementar 150 de 2015, que tivemos abonos, Jornada de Trabalho, FGTS, reconhecido como direitos. Embora a Emenda Constitucional, valendo há 12 anos do seu cumprimento, ainda é difícil, porque esse trabalho que é realizado não é valorizado e não é reconhecido. E isso a gente só pode associar a herança escravocrata da sociedade. O que realizamos é um trabalho necessário, inclusive para que os outros trabalhos considerados importantes também sejam realizados. Mas ninguém quer pagar por esse trabalho! O que paga é mal pago e não valoriza. Com trabalho mal pago e pouco direito, nós, trabalhadoras domésticas, somos as principais vítimas também do trabalho escravo. E estamos, mais uma vez, expostas ao tráfico humano para fins de exploração do trabalho. Afim que, quem aqui não conhece a história de uma criança, como eu também e várias outras, adolescentes ou jovens, que veio da cidade para estudar e acabou de vítima do trabalho escravo dentro das casas das famílias respeitáveis da sociedade? Diariamente a gente vê inúmeras denúncias de trabalhadoras domésticas impedidas de saírem das casas dos seus empregadores, sem o direito de ir e vir. Onde a gente viu isso de forma escancarada durante a pandemia. E seguimos vendo trabalhadoras domésticas sendo resgatadas pelo Ministério do Trabalho em vários Estados do país, inclusive aqui também em Campina Grande, com um caso de repercussão nacional, de situação de trabalho análogo à escravidão. Sem dignidade anos a fio, sem vida, sendo escravizada. O tema da valorização e reconhecimento do trabalho doméstico é fundamental para as mulheres brasileiras e toda a sociedade, pois é uma atividade que sustenta toda a organização social do trabalho. Então, reconhecer a trabalhadora doméstica como trabalhadora portadora de direito é fundamental para que a gente se considere um país civilizado, pra que a gente possa dizer que, de verdade, abolimos a escravatura em nosso país. Por isso, lutamos pela efetivação da Convenção 89, a ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho. Para que respeite os nossos direitos, a Convenção 89 estabelece princípios e direitos básicos, exige que o Estado tome um conjunto de medidas para tornar o trabalho digno a uma realidade para a categoria. A Convenção entrou em vigor em setembro de 2013 e o Brasil ratificou em janeiro de 2018, mas, até os dias atuais, nada foi implementado, foi efetivado. Já a Convenção 190, sobre a eliminação de violência e de assédio no mundo do trabalho, ainda não foi ratificada pelo Brasil. Mas não é somente o Estado brasileiro que negligencia esses nossos direitos não, aqui em Campina Grande também não deixa de passar. Temos a Lei Municipal que institui a Semana Municipal de Valorização da Trabalhadora Doméstica, é... Que está no calendário oficial do município, que foi aprovada por esta Casa em maio do ano passado, mas que ainda não foi sancionada pelo atual Prefeito. Essa lei pode nos auxiliar a trazer conscientização para a



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

população sobre a importância da valorização do trabalho doméstico e o respeito aos direitos da nossa categoria. Então hoje nós, enquanto Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande e do Estado da Paraíba, aqui no espaço da Câmara de Vereadoras e Vereadores de Campina Grande, para requerer desta Casa o compromisso de cada Vereador e cada Vereadora que certamente tem trabalhadora doméstica em suas residências e que dependem delas para que tudo funcione bem em casa e que possam exercer as suas funções plenamente, que se compromete com a nossa causa aqui. Também chamamos a atenção do gestor público municipal, Prefeito Bruno Cunha Lima, para que se comprometa com a verdadeira abolição à escravidão em nosso município, em nosso país aqui, que o Legislativo, Executivo e Judiciário e os poderes de toda a sociedade reconheçam os direitos trabalhistas das Trabalhadoras Domésticas e hoje estamos em marcha por reparação em bem viver. Exigimos que essa reparação venha por parte das estruturas que nos colocam na condição de pessoas escravizadas e exploradas e que atuem para melhorar nossas condições de vida e de trabalho digno. É isso que desejamos e esperamos que seja cumprido por vocês, que colocam como representante nosso. E lembro aqui que somos a maioria desse povo, somos a maioria dessa classe, dessas cidades, somos Trabalhadoras Domésticas que temos direitos e precisamos ser respeitados”. Campina Grande, 13 de maio de 2015, Eliane de Lima, nossa Diretora-Geral da Associação das Trabalhadoras Domésticas. Obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: É uma entrega formal? Gente, queria registrar que esse relatório... Esse relatório não, essa nota que nós recebemos, vai ser anexada aqui ao relatório dessa Audiência Pública, porque nós vamos encaminhar para todos os Órgãos, não só que compõem a Mesa, mas também para as Entidades que estão aqui participando conosco dessa Audiência. E, claro, a depender do que precisar aqui de desdobramentos, como por exemplo, essa questão da sanção da lei criada aqui pelo nosso mandato por essa Casa ainda não sancionada. Então, nós vamos dar também os devidos desdobramentos dessa nota. Seguindo as falas, queria passar agora para a Senhora Jéssica Ellen Paixão, ela é advogada, mestrande também aqui na cidade de Campina Grande, e aqui na ocasião representa a Comissão de Discriminação e Injúria Racial de Combate a Discriminação e Injúria Racial da Ordem dos Advogados do Brasil.

A SRA CONVIDADA JÉSSICA ELLEN PAIXÃO (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COMBATE AO RACISMO DA OAB): Bom, primeiramente bom dia. Eu gostaria de desejar um bom dia a todas as pessoas presentes e gostaria de saudar a Mesa e a Vereadora Jô e dizer que é a primeira vez que eu estou ocupando essa Tribuna. É... Bom, eu queria, para não me perder muito, eu escrevi um pouco e é dizer que é com muita responsabilidade que eu assumo essa Tribuna como Presidente da Comissão de Combate ao Racismo pra a gente poder refletir sobre o perfil do tráfico de pessoas e do trabalho escravo no Brasil, sobretudo na Paraíba. É... Ambos são crimes silenciosos, muitas vezes invisíveis... Invisibilizados, mas que continuam destruindo vidas, sobretudo as vidas negras, pobres e periféricas. Ambos têm cor, têm gênero, têm classe, atingem



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

em sua maioria mulheres negras, jovens, imigrantes e populações historicamente marginalizadas e ajuda na perpetuação da lógica da desumanização. E o que isso tem a ver com o combate ao racismo? Tudo! O racismo ele estrutura as desigualdades que permite que algumas vidas sejam exploradas a tal limite, enquanto outras seguem protegidas por privilégios. Por quê? É o racismo que permite que se naturalize a ideia de que certos corpos podem ser descartáveis ou explorados. O racismo que a gente aprende é o racismo que hierarquiza pessoas. Só que, da mesma forma que a gente aprende, a gente pode desaprender. A sociedade em que a gente vive hoje também nos ensina que o trabalho é o que dignifica o homem, mas o trabalho digno não é aquele que ultrapassa o que está previsto na lei. O trabalho digno é aquele que respeita os horários de entrada e saída, é aquele que respeita as férias, os direitos trabalhistas e o que vem junto com eles. O trabalho digno é aquele que permite o trabalhador de gozar de sua dignidade. E, se isso não acontece, ele não dignifica o homem. Muito pelo contrário, o escraviza. Por isso, a luta contra o tráfico de pessoas e o trabalho escravo é também uma luta antirracista. E, enquanto Comissão, a gente reafirma hoje o nosso compromisso com a denúncia, com a educação em direitos humanos, o apoio às vítimas e o fortalecimento das redes de enfrentamento. Pois a gente não pode nos calar diante da dor e de todas as injustiças. E eu queria dizer também que a nossa Comissão ela realiza, é... Algumas oficinas nas escolas justamente para falar sobre o racismo. E uma das... Das facetas do racismo... E uma das facetas do racismo é justamente o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Então, a gente também leva esse, esse... Essa temática para as escolas. Bom, era isso que eu tinha para colocar hoje. Agradeço a atenção de vocês. Muito obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Ela é muito fofinha. Eu não preciso dizer que sou apaixonada por Jéssica, então, vamos em frente. Passo agora para a Senhora Socorro Ramalho, representando aqui a CUT Paraíba. E, na sequência, vai ser a Patrícia Lewis, representando o Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras aqui em Campina Grande.

A SRA CONVIDADA SOCORRO RAMALHO (REPRESENTANTE DA CUT-PB): Boa tarde já, né? A todos e a todas. Eu quero cumprimentar toda a Mesa e todos os presentes em nome da Vereadora Jô Oliveira que, mais uma vez, inova no debate nessa Casa, né? Onde no dia 13 de maio, que normalmente se comemora a libertação dos escravos, nós estamos fazendo aqui um debate de extrema importância para a sociedade, que é a questão do trabalho escravo. Cumprimentar também a Vereadora Aninha, que está aí na Mesa. Acho que Valéria e tal, o pessoal já teve que se ausentar, né? Então, só fazer alguns registros aqui, que acredito que já é do conhecimento de todas as pessoas, mas esse, essa questão do trabalho escravo ainda é muito... Ainda é muito séria no Brasil. A gente tava vendo que no ano passado, no primeiro trimestre de 2023, 918 vítimas de trabalho escravo foram resgatadas no Brasil. A grande maioria em Goiás e no Rio Grande do Sul, Doutora Marcelle. E o que choca é a forma, a violência com que esses trabalhadores e trabalhadoras são tratados e tratadas, né? Com espancamento, com



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

choque elétrico, com, com, com jornada exaustiva de trabalho, com bala de borracha. E aí, também um dado que nos assusta, que segundo a OIT, acredito que talvez já esteja mais atualizado, espero que pra menos, mas mais de 20 milhões de pessoas, Vanúbia, no mundo estão ainda sob regime de trabalho escravo. E aí a gente se pergunta quem são essas pessoas? Essas pessoas, companheiro Nicácio, são as pessoas que estão desempregadas, que estão em baixa vulnerabilidade, que não têm oportunidade de emprego e que precisam se submeter a esse tipo de coisa. E como é que a gente pode pôr fim a isso, companheiro Rogério? É... É, Vereador Wellington Cobra, primeiro a prevenção, né? Através da educação. E hoje, inclusive, muitas escolas por aí devem estar comemorando o 13 de maio pedindo pras crianças desenharem pessoas negras com as correntes. É a forma de comemorar, entre aspas, o 13 de maio, o que ainda é lamentável. Então, precisamos repensar a educação nesse país e no mundo. Também a questão da igualdade de oportunidade, a distribuição de renda, porque, assim, as pessoas não vão precisar se submeter ao trabalho escravo, companheira Kícia. Além, inclusive, nessa questão da igualdade de oportunidade e da isonomia, eu quero registrar aqui que o projeto do Vereador Alexandre é de suma importância. Nosso sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual, a gente conseguiu, esse ano, a igualdade e a isonomia do piso salarial para os professores prestadores de serviço ganharem o piso igual a quem é efetivo. Então, isso é o que se chama isonomia salarial. Trabalho igual, salário igual para trabalho igual. E, provavelmente, onde o gestor tiver que pagar o prestador de serviço a mesma coisa que ele paga o efetivo, ele vai ter que fazer concurso, Aninha, porque aí ele vai ver que não adianta utilizar o modus operandi de prestador de serviço, porque ele vai ter que pagar o mesmo salário do efetivo. Então, é melhor ele fazer o concurso. Então, assim, a assistência às vítimas também do trabalho escravo é importante para a gente pôr fim ao trabalho escravo no Brasil e, por fim, a punição aos criminosos que a gente considera que ainda é muito branda no Brasil. Então, muito obrigada pelo espaço mais uma vez. É a central única dos trabalhadores e o Sintep parabenizam mais uma vez a Câmara de Vereadores de Campina Grande, particularmente a Vereadora Jô Oliveira, pela iniciativa. Obrigada e boa tarde a todos.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, socorro. Na sequência, agora, então, Patrícia Lewis. Oh, meu Deus, sempre erro. Acertei agora? Coisa boa. Que também é do Sindras, Sindicato dos Trabalhadores em Agentes Comunitários de Saúde e Vigilância Ambiental.

A SRA CONVIDADA PATRÍCIA LEWIS (REPRESENTANTE DO SINDRAS): Bom dia a todos. Eu me chamo Patrícia, sou agente de saúde, diretora sindical. Estou aqui representando a Associação enegrecida e o Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras. Quero saudar aqui, em nome da nossa primeira Vereadora negra e reeleita com maioria de votos no segundo mandato, Jô Oliveira. Vou sempre citar isso. Minhas anotações aqui, porque eu sou uma pessoa muito tímida, então, esqueço sempre que eu vou falar. E, vamos lá, nós estamos hoje, em 13 de maio de 2025, uma data que nos leva a refletir sobre a assinatura da Lei Áurea que oficialmente aboliu a



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

escravatura no Brasil, mas que deixou marcas na estruturação da nossa sociedade e formas modernas de escravidão que ainda persistem. O trabalho escravo não ficou no passado. Vemos pessoas submetidas à condição degradante, jornadas exaustivas, sem direitos e sem liberdade. Quanto ao tráfico de pessoas, é um problema grave que alimenta essa nova face da escravidão com pessoas, com homens, mulheres e crianças, não só no país, mas também no mundo, que são exploradas de diversas formas. É nosso dever lembrar que a abolição formal não significou liberdade plena. A luta por dignidade e justiça continua e que o dia 13 de maio não nos faça refletir apenas, mas também agir no combate ao racismo estrutural e proteger os direitos humanos em sua essência, pois sabemos que a liberdade será conquistada com coragem, resistência e compromisso coletivo. E, 13 de maio, ele, pelo movimento negro, é ressignificado, Doutora Emanuella Melo, como um dia nacional de denúncia contra o racismo, e ele nunca será lembrado como um dia de comemoração, até porque não foi assim que foi feito. Então, para entendermos a luta antirracista, precisamos sempre colocar o recorte racial. Se não o colocarmos, não avançamos nessa pauta. Muito obrigada a todos e bom dia.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Boa tarde, Patrícia. Na sequência, agora, José Rogério, representando aqui a CTB e também os sindicatos comerciários. E, na sequência, Rogério e a Geane Costa, representando aqui também a FETAG.

O SR CONVIDADO JOSÉ ROGÉRIO (REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS E REPRESENTANTE DO CTB): Bom dia a todos e todas. Vou cumprimentar a Jô, a Aninha, tudo bem? Tudo, sim. Não posso falar algum nome aqui, mas a doutora Marcela, os procuradores, o doutor Renato, que a gente já se conheceu há uma longa data, o Doutor George, aliás, Excelentíssimo senhor juiz, George e as procuradoras também aí presentes. Vou falar aqui sobre a questão do trabalho escravo. A gente aqui tem muitas questões. Se a gente for falar um relato histórico aqui, como os companheiros têm falado aqui, a gente vai levar o dia todo. E, nessa atualidade que vivemos aqui, eu, enquanto presidente dos sindicatos comerciários, representante da CTB, nós temos algumas questões aqui que a doutora Marcela sabe muito bem, que são questões particulares que hoje acontecem aqui em Campina Grande, no nosso segmento do comércio. O Doutor Tiago também teve que se ausentar, mas ele também sabe um pouco dessa luta que nós temos sobre uma questão de um aplicativo existente aqui em Campina Grande, que afeta diretamente a nossa categoria e os comerciários, como também os prestadores de serviço aqui em Campina Grande. Não é um trabalho análogo à escravidão, porque eles pagam salário, mas, entretanto, aquele aplicativo retira tanto direito dos trabalhadores e nós comerciários estamos ativos direto com a ação judicial já interpretada tanto no MPT, tanto no Ministério do Trabalho, que nós já fizemos essa ação aqui dentro de Campina Grande. O processo é largo, é amplo, porque ele corre aqui tanto em Campina Grande como também corre em Natal, no Rio Grande do Norte, por ser uma questão muito séria. Com esses aplicativos, você pode encontrá-los aqui hoje em Campina Grande, não só em algumas redes de supermercados, como também em bares,



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

restaurantes. E você sempre vai ver esses trabalhadores nessas ocasiões. E nós estamos sempre atentos nessas questões. E justamente com o Ministério Público do Trabalho e justamente também com o MTE, que é o Ministério do Trabalho, que recentemente, e agora no ano passado, resgatou uma turma que vinha sendo transportada de uma cidade do interior de Campina Grande, aliás, do interior da Paraíba para Campina Grande, em cima de uma caçamba, que foi abordada pela Polícia Federal e também pelo Ministério do Trabalho. Essa é uma atuação que nós também estivemos atentos, nessas questões que a gente vem vivendo. E falar também sobre a questão, como a companheira Vanúbia falou, sobre a questão da nossa categoria, os comerciários, sobre a questão dos feriados. Hoje, por exemplo, nós aqui, para ter um domingo, um feriado, temos um acordo da nossa Convenção Coletiva de Trabalho, que é o pagamento mais a folga, não é isso? Mas, entretanto, hoje, uma portaria que está para entrar em vigor agora no dia 1º de julho, que essa negociação é dada de sindicato para sindicato. Mas você veja o que é o lobby, o lobby que acontece hoje lá em Brasília, que a pressão está tão grande dentro da portaria, pra que um segmento seja incluído, mais uma vez, como essencial. E essa portaria, Doutor Renato, para ela ser revogada em parte. Então, essa discussão está lá em Brasília. E para o nosso segmento, nós trabalhadores do comércio, se eu fosse relatar algumas situações que vivam o diariamente dos trabalhadores, seria coisa que para 15, 20, 30 minutos. Como a própria camarada Jô já sabe, que a gente participou de alguns debates, que a gente foi caloroso explicando a situação. Então, eu quero aqui só fazer esse relato, dizer que a CTB, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, também os sindicatos comerciários, estão nessa luta. Porque essa luta é luta diária. É dias de lutas. Lutas a cada dia, Doutora. Porque a gente sabe o que passa ao se levantar, ao se deitar. Porque esse celular aqui não para. É de instante em instante. É de trabalhador pedindo socorro. E volto a dizer uma frase que disse o Papa Francisco. O sindicato é ele a voz de quem não tem voz. Muito obrigado.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Obrigada, Rogério. Na sequência, então, Geane Costa, e logo após Geane, Pedro Neto. Aí, só para lembrar, depois de Geane, Pedro Neto, o Wellington Cobra, a gente encerra com a Mariana.

A SRA CONVIDADA GEANE DA COSTA LUCENA (ASSESSORA JURÍDICA DA FETAG): Boa tarde a todos e todas. Gostaria de saudar a mesa, através da Vereadora Jô, a Doutora Marcela, sempre uma parceira da Fetag, e o público em geral, através de Vanúbia, os movimentos sociais, a Comissão Pastoral da Terra, a Comissão Pastoral da Terra, sempre que a gente está junto em várias batalhas. Eu gostaria só de enfatizar aqui, Jô, a importância do espaço da classe política brasileira, Câmara, Assembleia e Congresso Nacional. E as temáticas que trazem pra o espaço do povo, que muitas vezes a gente precisa sair da esfera da tese e transformar em realidade, porque tese, em tese, aqui é a Casa do Povo. Não é em tese. Legalmente, é a Casa do povo. Precisamos transformá-la de fato, realmente, dia a dia, à Casa do povo. E essa temática, como o Ministério Público do Trabalho, da Paraíba, traz e provoca os espaços políticos, os espaços privados, pra que



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

a gente possa avançar, Vereadora Jô, registrar aqui que nessa Casa também, em 2017, como se falou muito em políticas públicas para os trabalhadores e trabalhadores rurais, como uma prevenção em que essas pessoas não se tornem tão vulneráveis, estivemos nessa Casa aqui lutando contra a Reforma da Previdência, que é uma das principais transferências de renda pra o homem e a mulher do campo. E fomos vitoriosos quando a gente provocou mais de 100 câmaras de Vereadores da Paraíba, pautando a gravidade do problema, caso a Reforma da Previdência atingisse o homem e a mulher do campo, tirando ele e ela o direito de se aposentar. Então, eu quero reforçar aqui a importância de reforçar cada vez mais esse espaço e todos os espaços políticos da Paraíba pra que a gente possa, nesse combate, nesse dia de hoje, como já foi dito aqui pelos companheiros e companheiras, a gente possa, de fato, avançar. E, doutora Marcela, afetar que se coloca realmente à disposição, como acho que foi a companheira Joyce que colocou aqui, da gente realmente levar, como a gente sempre leva nos programas de rádio, nos meios de comunicação ao homem e à mulher do campo, o que a senhora e todos os procuradores e procuradoras transmitem nesses encontros, pra que as pessoas saibam que estão sendo escravizados. Então, procurar os órgãos de controle e provocar a sociedade como um todo. Obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, Geane. Só para ir registrando, que está sendo apontado aqui, inclusive, como encaminhamentos, propostas, a gente está fazendo essa relatoria, eu, ao que consigo sistematizar, estou anotando algumas, já vamos em 13, Roberto... ali pelo nosso mandato, vai em 16, então, nada, nada, a gente vai ter alguns encaminhamentos aqui dessa audiência. Passar, então, agora para Pedro Neto, e na sequência será o Vereador Wellington Cobra, e aí a gente encerra com Mariana, da UJS.

O SR CONVIDADO PEDRO NETO: Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes, quero saudar a mesa mais uma vez, em nome da Vereadora Jô Oliveira, e mais uma vez digo, nesta tribuna, que o seu mandato é imprescindível pra esta cidade, porque ele reverbera todas as nossas lutas locais, mas também globais. E nós estamos aqui hoje, neste treze de maio, porque, primeiro, este país, nós precisamos trazer a história para o centro desse debate, dessa discussão, porque este país viveu quase quatro séculos dominado por uma escravidão legalizada como forma de vida, de economia e de sociedade como um todo. Então, nós hoje falamos sobre tráfico de pessoas, sobre trabalho análogo à escravidão, sobre trabalho escravo, porque este país ainda vive a sobrevida da escravidão. E a sobrevida da escravidão é uma aritmética política, é um cálculo que faz com que pessoas negras tenham menos acesso à educação, menos acesso ao trabalho digno e menos acesso a todas as oportunidades necessárias a viver com dignidade em nossa sociedade. Então, é muito importante que nós estejamos aqui hoje, inclusive para lembrar que é muito simbólico, de 1888, do ano da abolição, até 1988, a gente leva um século para que o Estado brasileiro, nossas instituições, o nosso ordenamento jurídico, se lembre que nós tínhamos um conjunto da nossa população, a maioria da nossa população alijada de direitos e de cidadania



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

nesse país. Como bem disse Sueli Carneiro, a abolição de 1888 foi um decreto para dizer, de outra forma, que o povo negro brasileiro estava condenado a viver na sarjeta desse país, porque não teve reforma agrária, porque não teve um programa, um projeto ampliado de acesso à educação, ao trabalho justo e digno. O que restou para a população negra, agora liberta, foi a sarjeta desse país, a falta de oportunidades de se viver em liberdade e com dignidade. E isso ecoa amplamente, com muita força, nos nossos dias, em nossa sociedade. Os números da educação, os números do mercado de trabalho ainda sinalizam para essa herança escravocrata, que define aqueles que mais importam e aqueles que menos importam. Então, nós não podemos desracializar este debate, enquanto a raça e o racismo sejam componentes definidores da vida e da qualidade de vida nesse país. E é nesse sentido que eu quero saudar todo mundo que está aqui hoje fazendo esse debate, as instituições, os movimentos sociais, porque essa é uma luta que requer de cada um de nós muita unidade e muito compromisso a partir dos nossos espaços de atuação. Então, sigamos fortes, sigamos juntos, porque enquanto não houver trabalho justo, vida digna pra todo mundo nesse país, não há democracia para todo mundo. Muito obrigado.

A SRA PRESIDENTE ANINHA CARDOSO: Convido agora o Vereador Wellington Cobra para fazer o seu uso da palavra.

O SR VEREADOR SARGENTO WELLINGTON COBRA: Muito boa tarde a todos aqui presentes. Na pessoa do Doutor George, Excelentíssimo Juiz, gostaria de cumprimentar todas as autoridades, doutora Ana Raquel, que se encontra aqui conosco, amiga do doutor Davis, a qual nós temos aí um grande apreço. Cumprimentar também a todos que se encontram na galeria. Vou falar um pouco do ponto histórico, tendo em vista que sou historiador, e o Doutor George já fez questão de cumprimentá-lo, porque ele já ministrou um pouco dessa aula aí, enquanto a sua fala, Doutor Thiago também, já também nos deu o privilégio de uma aula de história com suas palavras. E quando foi dito, Doutor Thiago, que houve a libertação dos negros escravos, mas não houve a assinatura da carteira de trabalho, é verdade. Tanto que os negros precisaram, naquele momento, em 1888, quanto à libertação, sair das fazendas dos locais de escravidão para seguir para o Rio de Janeiro, numa peregrinação em busca de trabalho na capital do Império. Aquela época, a capital do Império era o Rio de Janeiro, e eles deixaram as fazendas, porque se dizia, inclusive, você poderia pagar, e até hoje a gente se pergunta, já que eu vou pagar um salário, já que agora a mão de obra é assalariada, por que não a mão de obra negra? Alguém que já estava ali nas fazendas, nos cafezais, mas não, é algo descartável, trataram como algo que eu não tenho mais a posse, não sou mais dono, proprietário, então não serve pra mim também. Então, preferiram, assim como disse o Doutor, o Doutor George, ao branqueamento social, trazer imigrantes brancos para contratar uma mão de obra, porque, segundo eles, não era uma mão de obra como a indígena, nem a negra, assim por dizer, ultrapassada, e preferiram pagar um salário, e a ideia de um branqueamento para extinguir, assim, o negro escravo, não só pela falta de oportunidade, mas também na essência da sua matriz africana, que seria a sua cor. Então, isso



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

nos remete, e por que esse rememoração histórico? Porque a história nos diz que é necessário lembrarmos dos erros do passado, para não cometermos novamente no presente. E não é isso exatamente que nós temos visto, porque, se assim não fosse, os números alarmantes de pessoas com trabalho análogo à escravidão não estariam aí sendo resgatadas todos os dias no nosso país, inclusive aqui no Nordeste, aqui na Paraíba, aqui em Campina Grande. Então, isso nos acende uma luz para que nós possamos, juntos, e eu me acosto a todas as providências, a todos os encaminhamentos da nossa amiga, colega, Vereadora Jô, para que possamos juntos lutar, para que pessoas não tenham, nos dias de hoje, ao invés, porque é um grande anacronismo, ao invés de lutarmos por avanços na consolidação das leis trabalhistas, hoje ainda temos que lutar para que pessoas tenham direito a Lei 5.492. Um forte abraço a todos, uma boa tarde, que Deus abençoe.

A SRA PRESIDENTE ANINHA CARDOSO: Convido para fazer uso da palavra Mariana Azevedo.

A SRA CONVIDADA MARIANA AZEVEDO (TESOUREIRA DA UJS E COORDENADORA DO DCE - UEPB): Boa tarde a todos. Saudar a mesa na pessoa da Vereadora e companheira e amiga Jô Oliveira. Estendo a saudação do plenário ao companheiro Rogério da CTB, companheira professora Socorro Ramalho, e à professora Kícia, que foi responsável por uma boa parte da minha formação enquanto ainda estive na escola. Então, fico feliz de reencontrá-la aqui, nesse momento. Falar de trabalho é falar necessariamente de dignidade. A classe trabalhadora historicamente é tentada em todos os seus direitos, sendo estes adquiridos à custa de muito sangue e aprisionamento dos corpos detentores da força de trabalho, despersonalizados muitas vezes em seu ofício. Falar de trabalho é falar do aprisionamento histórico de corpos pretos, que lideram as estatísticas de informalidade e dos sub-empregos, tendo vetado o acesso à dignidade estabelecida no ordenamento jurídico brasileiro. Pessoas que no Brasil sustentam todo o peso de um sistema que aboliu, mas não emancipou e mantém subalterna a soberania de muitos trabalhadores que sequer são tratados como pessoas e mantêm-se em situação de exploração até os dias atuais. As universidades precisam ser palco para a formação de cidadãos comprometidos com a quebra dessa estrutura racista e classista, que ainda hoje despersonaliza muitas mulheres e homens todos os dias no nosso país. Nossa luta se mantém até o último trabalhador ser emancipado. Brevemente finalizo minha fala. Muito obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Nós temos um último pedido de colocação e acho muito pertinente, que é de Samara, que representa aqui a SEMAS e essa questão do trabalho e a ação que a SEMAS faz com imigrantes aqui na cidade de Campina Grande. Então, Samara, também o seu espaço para colocação. E aí, na fala de Samara, a gente encerra. Já queria ir convidando as pessoas que estão aí na galeria para vir aqui para as laterais, porque, quando a gente encerra a audiência, a gente faz sempre aquela foto para registrar todo mundo.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

A SRA CONVIDADA SAMARA ALMEIDA (REPRESENTANTE DA SEMAS): Bom dia a todos e todas. Gostaria de cumprimentar a mesa, a todas as autoridades presentes, a todos que estão na plenária. Parabenizar a todos que estamos aqui nesse momento tão importante. E a minha fala é muito sucinta. Eu sou, atualmente, estou como coordenadora do Serviço de Atendimento ao Migrante em Campina Grande, através da Secretaria da Agência Social. Muitos de vocês provavelmente não conhecem esse serviço. Nós somos o único serviço desse perfil municipal na Paraíba. Acredito que é um dos poucos do país. E, atualmente, nós atendemos migrantes em situação de vulnerabilidade de dez nacionalidades diferentes, aqui residentes em Campina Grande. Iniciamos nosso trabalho lá em 2020 com o público de indígenas Venezuelanos Waraus, que vocês podem ter visto pela cidade. E, diante da chegada de pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade, há vários serviços de assistência. Viu-se a necessidade de ampliar para que outras pessoas pudessem ser atendidas, independente da nacionalidade delas, e que a gente pudesse fazer uma intermediação pra que essas pessoas pudessem acessar seus direitos sociais de forma informada, digna, dialogada. E, nosso serviço, que conta com uma equipe muito profissional, na verdade, é um articulador de todos os serviços que as secretarias têm e que essas pessoas são atendidas. Como a gente pode fazer um link entre o tema que foi vastamente debatido hoje aqui, sobre a questão do trabalho escravo? Gente, muitas dessas pessoas, elas chegam na expectativa apenas com a palavra de ordem e sobrevivência. E aí vocês podem imaginar o quanto de susceptível elas estão ao trabalho escravo. A gente já encontrou, já atendeu pessoas que vinham pra cá sem nenhum domínio da língua, que são a maioria. Pessoas que vinham a Campina Grande porque foram arregimentadas para trabalhar e chegam aqui, são colocadas em um trabalho muito pesado que acabam por colocar até seus próprios filhos para trabalharem juntos. A gente atende pessoas que vinham em situação de refúgio por perseguição religiosa, política, por perseguição de guerrilhas, grupos armados em seus países. E essas pessoas, elas buscam o acesso a uma vida digna. E, nesse caminho, elas podem encontrar várias situações, já que já foram elencadas aqui. Só para fazer um link sobre o nosso trabalho em relação aos indígenas Venezuelanos Waraus, eu digo a vocês que entre 80% e 90% dessas pessoas, elas vêm para o Brasil sem nenhum documento do seu país de origem. Entre crianças, adultos, idosos. E, mesmo diante de um trabalho que é feito pela Polícia Federal nas cidades de fronteira, que emitem ali a solicitação de refúgio porque são, em sua maioria, pessoas em situação de refúgio em nosso país, mesmo assim, nós ainda recebemos, em Campina Grande, pessoas totalmente indocumentadas. Ou seja, elas passaram pelas fronteiras, passaram por outras cidades em que foram acolhidas ou que foram atendidas, de alguma maneira, pelos serviços, tanto socio assistenciais, municipais, estaduais, mas, mesmo assim, após anos no Brasil, ainda chegam à Campina Grande sem nenhum documento. Eu digo a vocês que as crianças Waraus brasileiras, elas também podem permanecer sem documento. Porque existe uma dificuldade muitas vezes no próprio nascimento da criança. O pai não sabe o que procurar para registrar aquela criança e acaba saindo daquela unidade de saúde apenas com o DNV. E ele não sabe procurar o órgão para fazer o registro legal. E, muitas vezes, aquela criança, como a gente já recebeu aqui, chega sem



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(Casa de Félix Araújo)

Secretaria de Apoio Parlamentar
Departamento de Taquigrafia

documentos. Então, gente, eu só quero que vocês percebam o quanto que a atuação de um serviço especializado pra atender o migrante previne situações de tráfico de pessoas, situações de trabalho escravo. Eu gostaria de finalizar com uma frase que não é minha, é do Papa Francisco, que diz que “o migrante é o Cristo batendo a nossa porta”. Então é necessário que a nossa sociedade também esteja aberta a acolher essas pessoas para que elas tenham uma vida digna, para que elas tenham perspectiva e esperança de dias melhores. Obrigada.

A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA: Muito obrigada, Samara. Dizer que nós temos aqui, em termos de encaminhamentos, de coisas que passam pela divulgação, desde a divulgação dos canais, em que a gente possa recorrer no caso de encontrar alguma pessoa em um trabalho análogo à escravidão, até propostas, legislações que sejam decorrentes, por exemplo, do âmbito do legislativo municipal. Foi um debate extremamente produtivo dentro do que a gente pode considerar em termos de propostas, de encaminhamentos. Enquanto mandato, enquanto Câmara, a gente se compromete, como eu já tinha dito inicialmente, a enviar o que nós encaminhamos em termos de proposições, que foram colocadas a partir das falas, e certamente também garantir que essas falas não se encerrem aqui nessa discussão a gente sabe da necessidade que a articulação precisa ter da mesma forma que a gente se mobilizou pra ter essa audiência pública. Também que a gente mantenha essa mobilização no sentido de garantir que outras pessoas ser alcançadas e resgatadas em situação tão degradante. Mas acima de tudo que a gente possa garantir essa nossa mobilização e articulação em defesa das pessoas, em defesa dos direitos humanos e em defesa da classe trabalhadora. Então, eu quero agradecer muito a possibilidade de termos feito esse debate aqui enquanto Câmara. Queria encerrar essa sessão com o coração grato apesar das dificuldades, apesar do tema, mas ciente que quando nós nos somamos aqui, nós de fato assume esse compromisso coletivo para que a gente se envolva também nessa pauta. Quero agradecer a todos os servidores, servidoras dessa Casa e pessoas do meu gabinete que permitiram, inclusive, que a gente estivesse aqui nessa manhã/tarde. E de forma especial, convidar a cada um e cada uma de vocês para que a gente possa estar aqui à frente, a gente faça o registro final da nossa sessão e aí declaramos oficialmente encerrada essa audiência pública.

JAILMA FERREIRA

Secretária SAP

(ASSINADO O ORIGINAL)